



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de perfuração e instalação de 5 (cinco) poços tubulares profundos (poços artesianos) até 200 metros com fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra nas comunidades rurais de Córrego do Ouro, Mumbuca, Motas e Dourados (2 poços), localizadas no município de Abadia dos Dourados-MG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e no projeto topográfico.

1.1 Da especificação dos serviços

Os serviços a serem executados com as respectivas especificações, bem como os quantitativos estimados dos materiais e equipamentos necessários para perfuração de cada poço tubular profundo estão descritos na tabela a seguir.

| PERFURAÇÃO POÇO TUBULAR PROFUNDO PROFUNDIDADE MÉDIA DE ATÉ 200 M | | | |
|---|--|-------------|------------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID | QUANT. PREVISTA |
| 1 | SERVIÇOS PRELIMINARES | | |
| 1.1 | LICENÇA PARA PERFURAÇÃO JUNTO A SUPRAM | SERV. | 1 |
| 1.2 | INSTALAÇÃO CANTEIRO DE OBRAS | SERV. | 1 |
| 2 | PERFURAÇÃO | | |
| 2.1 | PERFURAÇÃO EM ROCHA Sã – 06" DE 000 A 100 M | M | 110 |
| 2.2 | PERFURAÇÃO EM 10"- SOLO OU SEDIMENTO DE 000 A 100 M | M | 90 |
| 3 | REVESTIMENTO | | |
| 3.1 | REVESTIMENTO 6" - 4 METROS PN 125 175 MM LISO | M | 36 |
| 4 | FILTRO | | |
| 4.1 | FILTRO GEO 6" X 4 M – DM 154/COR (AZUL)/TAMANHO.(6") | | 4 |
| 5 | PRÉ - FILTRO | | |
| 5.1 | PRÉ – FILTRO DE PEDRISCO DE 1 A 3 MM | KG | 1000 |
| 6 | DESINFECÇÃO | | |
| 6.1 | LIMPEZA E DESINFECÇÃO DO POÇO | SERV. | 1 |
| 7. | CIMENTAÇÃO DO POÇO ARTESIANO | | |
| 7.1 | CIMENTAÇÃO DO ESPAÇO ANELAR | SERV. | 1 |
| 7.2 | LAJE EM CONCRETO SIMPLES, CONSUMO MINIMO DE CIMENTO DE 200 KG/M3, ESPESSURA = 20 CM, DIAMETRO = 2,50 M | UN | 1 |
| 8. | BOMBA SUBMERSA C/ PAINEL | | |
| 8.1 | MOTO BOMBA 4BPS8F-21 EST.6,0 HP 220 V MONOF WM4/COM DIAM.(.) | UN | 1 |
| 8.2 | PAINEL 6HP MONF 220 | UN | 1 |
| 9 | MATERIAIS COMPLEMENTARES | | |
| 9.1 | CABO PP 2 X 1 MM | M | 50 |
| 9.2 | UNIÃO ROSCA 1.1/2 | UN | 1 |
| 9.3 | LUVA GALVANIZADA 1.1/2" | UN | 35 |
| 9.4 | BUCHA RED.GALVANIZADO 2 X 1.1/2" | UN | 1 |
| 9.5 | TUBO EDUTOR GEO 1.1/2" 40 mm 4 METROS | M | 140 |
| 9.6 | CABO PP 3 X 16 MM | M | 160 |
| 9.7 | NIPLE GALVANIZADO 1.1/2" | UN | 4 |
| 9.8 | JOELHO GALVANIZADO 1.1/2X90º | UN | 1 |
| 9.9 | VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL 1.1/2" | UN | 1 |
| 9.10 | REGISTRO ESFERA 1.1/2"GALV. | UN | 1 |
| 9.11 | TAMPA DE POÇO 6" X 1.1/2 X 3/4 | UN | 1 |
| 9.12 | BÓIA ANAUGER SENSORCONTROL 15 A | UN | 1 |
| 10. | MÃO DE OBRA | | |
| 10.1 | INSTALAÇÃO DO CONJUNTO MOTO BOMBA | SERV. | 1 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

| | | | |
|------|--|-------|---|
| 10.2 | TESTE DE VAZÃO 24 HORAS, INCLUINDO EQUIPAMENTOS | SERV. | 1 |
| 11. | MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE FUNCIONARIOS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E MATERIAIS PARA PERFURAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E TESTE DE VAZÃO DO POÇO. | SERV. | 1 |
| 12. | SERVIÇOS COMPLEMENTARES | | |
| 12.1 | ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA DA ÁGUA | SERV. | 1 |
| 12.2 | OUTORGA PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA JUNTO A SUPRAM | SERV. | 1 |

Vale ressaltar, que serão perfurados 5 (cinco) poços tubulares profundos pela contratada, portanto o quantitativo total previsto deve ser obtido pela multiplicação da quantidade prevista para um poço, por 5 poços a serem perfurados. Os quantitativos previstos na tabela acima são estimados, podendo ser objeto de alterações (acréscimos ou supressões) em conformidade com o andamento dos serviços executados (maior ou menor profundidade do poço a ser escavado).

Os serviços a serem contratados tratam-se de serviço comum de engenharia, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

O prazo de vigência do contrato será até o dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado segundo Art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da contratada, previstas no contrato.

O prazo inicial de execução de cada poço tubular profundo será de 7 (sete) dias úteis. A perfuração de cada poço só poderá ser iniciada após a obtenção pela contratada da licença para perfuração.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A necessidade a ser atendida consiste no fornecimento de água potável às comunidades rurais de Córrego do Ouro, Mumbuca, Motas e Dourados (2 poços), localizadas no município de Abadia dos Dourados-MG. Essa necessidade advém da escassez de água potável para a população rural, o que é uma questão fundamental de saúde pública e bem-estar.

A importância da água potável para as comunidades rurais é fundamental em vários aspectos:

- **Saúde:** A água potável é essencial para prevenir doenças transmitidas pela água, como cólera, febre tifoide e disenteria, que podem ser devastadoras em comunidades onde o acesso a cuidados médicos é limitado.
- **Nutrição e higiene:** A água potável é necessária para cozinhar alimentos e manter a higiene pessoal e dos alimentos, contribuindo assim para a saúde e o bem-estar das pessoas.
- **Agricultura e pecuária:** As comunidades rurais dependem da água para irrigação de plantações de milho e soja e para fornecer água potável aos animais, garantindo assim a produção de alimentos e a subsistência.
- **Desenvolvimento econômico:** O acesso à água potável pode impulsionar o desenvolvimento econômico nas comunidades rurais, permitindo a criação de negócios baseados na agricultura, turismo e outras atividades que dependem do uso sustentável dos recursos hídricos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- **Redução da pobreza:** O acesso à água potável pode ajudar a reduzir a pobreza nas comunidades rurais, melhorando as condições de vida e proporcionando oportunidades para o desenvolvimento sustentável.

Portanto, garantir o acesso à água potável é essencial para promover a saúde, o desenvolvimento econômico e social e a sustentabilidade nas comunidades rurais sendo crucial que medidas sejam tomadas para garantir o acesso a água potável limpa e segura nessas áreas.

A perfuração de poços artesianos oferece várias vantagens em relação a outras formas de fornecimento de água potável, especialmente em áreas rurais. Algumas das principais vantagens incluem:

- **Acesso contínuo à água:** Uma vez perfurado, um poço artesiano pode fornecer água de forma contínua, independentemente das condições climáticas, sazonalidade ou disponibilidade de outras fontes de água superficial.

- **Redução de custos a longo prazo:** Embora a perfuração inicial de um poço artesiano possa envolver custos significativos, a operação e manutenção subsequentes geralmente são mais econômicas a longo prazo em comparação com outras formas de fornecimento de água.

- **Qualidade da água:** A água de poços artesianos muitas vezes possui alta qualidade, pois é naturalmente filtrada através do solo, o que pode resultar em água com baixo teor de contaminantes químicos e biológicos.

- **Menor vulnerabilidade a desastres naturais:** Diferentemente de fontes de água superficiais, como rios e lagos, que podem ser afetadas por secas, inundações ou poluição, os poços artesianos são menos vulneráveis a desastres naturais, oferecendo uma fonte de água mais estável e segura.

- **Flexibilidade de localização:** Os poços artesianos podem ser perfurados em locais estrategicamente escolhidos, levando em consideração as necessidades específicas da comunidade e as características do terreno, proporcionando flexibilidade na localização em áreas remotas ou de difícil acesso.

- **Redução da pressão sobre recursos hídricos superficiais:** Ao utilizar água subterrânea, os poços artesianos ajudam a reduzir a pressão sobre os recursos hídricos superficiais, especialmente em regiões propensas à escassez de água ou onde a demanda por água é alta.

Em resumo, a perfuração de poços artesianos oferece uma solução duradoura e sustentável para o fornecimento de água potável em áreas rurais, proporcionando acesso contínuo a uma fonte de água segura e confiável.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Como visto anteriormente, os poços artesianos desempenham um papel fundamental na garantia do acesso à água potável e na melhoria das condições de vida nas comunidades rurais, contribuindo para a saúde, segurança alimentar, resiliência e desenvolvimento econômico dessas áreas e torna-se necessária a contratação de empresa especializada para perfurações dos poços nas comunidades rurais.

Em análise do objeto, em consonância com a Lei de Licitações nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o engenheiro civil da Prefeitura de Abadia dos Dourados classificou a perfuração de poços artesianos por empresa especializada como serviço comum de engenharia, salientando que o objeto em questão necessita da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado e apresenta padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado. Portanto se enquadra como Serviço Comum de Engenharia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

A presente licitação deverá ocorrer na modalidade Pregão Eletrônico do tipo menor preço por item. O Pregão Eletrônico como a modalidade de licitação na contratação para perfuração de poços artesianos oferece benefícios significativos em termos de redução de custos, agilidade, transparência, imparcialidade e acesso a fornecedores e tecnologias inovadoras, tornando o processo mais eficiente e eficaz. O Município, na busca de maior eficiência, economicidade e transparência, além de aumento da competitividade, optou pelo critério de julgamento menor preço por item.

Serão perfurados 5 poços artesianos em locais definidos conforme projetos a serem anexados ao Edital, em atendimento as necessidades de acesso a água potável das comunidades rurais do município de Abadia dos Dourados/MG.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A perfuração e a instalação dos poços artesianos deverão ser feitas de acordo com as normas da ABNT (NBR 12212, NBR 12244 e outras) e em conformidade com as legislações Federais e Estaduais, que dispõem sobre a administração, proteção e conservação das águas subterrâneas. Além disso, a contratada deve apresentar experiência comprovada em perfuração de poços artesianos por meio de Atestado de capacitação técnica fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, relativo à execução dos serviços com características e quantitativos semelhantes ao objeto da licitação.

4.1 Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2 Garantia da contratação

Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta inicial, art. 59 §5º e art. 96.

4.3 Sustentabilidade

Caberá à contratada fazer a gestão dos resíduos gerados pela obra e sua correta destinação. Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos.

4.4 Vistoria

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

A) Prazo para início da execução dos serviços e prazo de execução dos serviços: A contratada deverá apresentar ao fiscal do contrato no prazo máximo de 15 dias, o protocolo do requerimento de licença de perfuração dos 5 poços tubulares profundos junto à SUPRAM. Após a obtenção da licença de perfuração pela contratada, a execução dos serviços deverá ser iniciada em 10 dias corridos. O prazo para perfuração de cada poço tubular profundo é de 7 dias úteis.

B) Resumo dos serviços a serem executados pela contratada para cada poço tubular profundo:

- Antes de iniciar a perfuração dos poços, a Contratada deverá requerer a Licença de Perfuração junto à Superintendência Regional de Meio Ambiente (SUPRAM).
- Transporte, montagem e desmontagem dos equipamentos para perfuração do poço.
- Instalação do canteiro de obras incluindo a definição e a preparação dos acessos; a execução dos serviços de limpeza do terreno, a instalação da perfuratriz e dos equipamentos auxiliares, tais como os reservatórios de lama e água e a construção das instalações do canteiro. A Contratada deverá fornecer e instalar a placa da obra.
- Perfuração do poço tubular profundo, cumprindo todas as exigências deste termo de referência e de acordo com as normas da ABNT (NBR 12212, NBR 12244 e outras) com o intuito de atingir o objetivo principal, sem causar prejuízos a contratante.
- Realizar o revestimento do poço, fornecendo e instalando tubos, filtros e pré-filtro.
- Cimentação do espaço anular e instalação da laje de proteção sanitária.
- Instalação do conjunto motor-bomba que consistirá da montagem da bomba, do motor e dos equipamentos elétricos necessários ao seu funcionamento.
- Teste de vazão total com duração de 24 horas incluindo todos os equipamentos adequados e necessários.
- Limpeza e Desinfecção do Poço onde a área em volta dos poços deverá ser completamente limpa e restaurada retirando-se todos os materiais estranhos tais como: ferramentas, madeiras, cordas, fragmentos de qualquer natureza, tinta de vedação e espuma, antes de ser desinfetado. Para desinfecção deverá ser utilizado produtos químicos conforme ABNT.
- Análise físico-química e bacteriológica: A coleta para análise físico-química e bacteriológica deve ser feita em frasco apropriado e esterilizado seguindo as recomendações do laboratório conveniado. Estas coletas devem ser efetuadas durante os ensaios de bombeamento e de desinfecção final do poço.
- Concluídos todos os serviços, o poço deve ser lacrado com tampa apropriada de forma a proteção do poço perfurado.
- Ao término da perfuração, a Contratada, deve requerer a Outorga de Direito de Uso da Água Subterrânea, apresentando relatórios com teste de vazão, certificado de qualidade de água e informações sobre atendimento às condicionantes da outorga.
- Serão perfurados 5 poços artesianos pela contratada nas comunidades rurais de Abadia dos Dourados/MG, assim localizados:
 - ✓ 2 na comunidade Dourados;
 - ✓ 1 na comunidade Córrego do Ouro;
 - ✓ 1 na comunidade Mumbuca e
 - ✓ 1 na comunidade dos Motas.

C) Fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra:

A contratada deverá empregar mão de obra qualificada na execução dos diversos serviços. Cabe à Contratada as despesas relativas às leis sociais, seguros, vigilância, transporte, alojamento e alimentação do pessoal, durante todo o período da obra. As despesas com combustíveis e lubrificantes, material de limpeza, material de expediente, medicamentos de emergência e todos os recursos indiretos necessários à execução dos serviços serão de responsabilidade da Contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

Todas as máquinas e materiais utilizados deverão estar com os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, assim como todos os profissionais que participarem da execução da obra deverão estar utilizando os equipamentos de proteção individual previstos. Caberá a Contratada o fornecimento dos EPI's e EPC's específicos e necessários às atividades desenvolvidas, sendo uso obrigatório por parte dos empregados. Cabe a Contratada cumprir e fazer cumprir as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho constantes da Lei 6514 de 22 de dezembro de 1977 Capítulo V do título II das Consolidações das Leis do Trabalho (CLT) – Normas Regulamentadoras.

Todos os materiais necessários serão fornecidos pela Contratada. Todas as ferramentas deverão guardadas/acondicionadas em local seguro e próprio, sendo esse local de responsabilidade total da contratada. O controle e a guarda de todo material estocado no canteiro de obras é de inteira responsabilidade da Contratada.

Todos os transportes de pessoal, material e equipamentos (mobilização e desmobilização) para a execução do serviço correrão por conta da Contratada. Nenhum serviço ou aquisição que resulte em acréscimo de despesa para o Contratante poderá ser executado pela Contratada sem autorização por escrito do fiscal da obra, que não delegará esta atribuição para nenhum membro da fiscalização.

5.1 Local e Horário

Os locais encontram-se definidos nos projetos que constarão como anexo do Edital.

A contratada deverá respeitar sempre os horários e carga horária de seus colaboradores, conforme previsto na legislação trabalhista, a fim de evitar sanções.

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

5.2 Condições para execução dos serviços

1. Os serviços de perfuração serão pagos de acordo com a metragem do poço. A empresa contratada para execução dos serviços ficará obrigada a dar andamento conveniente aos trabalhos, de acordo com a especificação no item 1.1 desse termo de referência, bem como executá-los dentro do máximo rigor técnico, tomando por base as seguintes normas da ABNT: - *NBR 12.212 – Projetos de poço para captação de água subterrânea*; - *NBR 12.244 - Construção de poço para captação de água subterrânea* e à Legislação sobre Segurança e Medicina do Trabalho e a este termo de referência.

2. A preparação dos acessos até a locação do poço, a preparação da plataforma onde será instalado o equipamento de perfuração, será por conta da contratada. A contratada deverá dispor de máquinas perfuratrizes e de equipamentos em quantidade e capacidade suficientes para assegurar a execução dos trabalhos, sem paralisação ou atrasos decorrentes de sua falta.

3. A fiscalização poderá rejeitar e solicitar a qualquer tempo a substituição de quaisquer equipamentos, serviços e/ou materiais, que não considere de acordo e adequados ao bom andamento dos serviços ou com as normas vigentes.

4. A substituição dos materiais e ou equipamentos propostos no processo de licitação, durante a execução dos serviços, só poderá ser efetuada, pela empresa contratada, mediante a autorização da fiscalização da Contratante.

5. Correrão por conta da empresa contratada as despesas com relação a acidentes de trabalho envolvendo seus operários ou terceiros, devendo a mesma observar rigorosamente as normas vigentes na legislação trabalhista e as da Previdência Social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

6. Quaisquer danos que ocorram a bens móveis ou imóveis, bem como ao meio ambiente, resultantes de imperícia, imprudência ou negligência na execução dos serviços serão de responsabilidade única e exclusiva da empresa contratada devendo a mesma responder por eles.

7. Quaisquer resíduos oriundos da escavação deverão ser destinados corretamente.

8. A Contratada quando da execução dos serviços deverá realizar o desligamento, fechamento e a proteção das instalações elétricas e hidráulicas. Também deverá deixar sinalizados os locais destes pontos.

9. Para todos os serviços de remoção, manutenção, conservação, instalação e reparos nas redes elétricas, deverão seguir as normas técnicas (NR 10).

10. Ao final das atividades construtivas dos poços tubulares de captação de água subterrânea, deve-se iniciar a execução dos testes de vazão para fins de determinação do volume captado. O teste de vazão deverá ser realizado ao longo de pelo menos 24 horas onde seguidamente ao fim do teste de vazão deverá ser contemplado o nível estático (NE) e nível dinâmico (ND). O bombeamento deve rebaixar o Nível Estático até próximo ao crivo da bomba para determinar a vazão real do poço. Concluindo o Teste de Vazão será definido o ND (Nível Dinâmico), que é o nível de trabalho do poço (Nível da instalação da bomba submersa). Estes testes deverão ser realizados pela contratada e as suas expensas utilizando equipamentos adequados para garantir a eficiência e a capacidade de produção de água e deverá constar em seus resultados o nível estático, nível dinâmico, vazão de teste e tempo de recuperação do aquífero (planilhas evolutivas de teste de bombeamento: tempo, rebaixamento e vazão e planilhas evolutivas de recuperação). A amostra para análise físico-química deve ser coletada quando do teste de bombeamento. O prazo entre a coleta e a entrega da ao laboratório não deve exceder 24h.

11. Ao término da perfuração, a Contratada, deve requerer a Outorga de Direito de Uso da Água Subterrânea, apresentando relatórios com teste de vazão, certificado de qualidade de água e informações sobre atendimento às condicionantes da outorga. Somente após a emissão deste ato legal, é permitida captação de água do poço. É de total responsabilidade da Contratada todas as medidas necessárias para a Outorga de Direito de Uso de Água.

12. Para desinfecção final do poço deverá ser utilizado produtos químicos conforme ABNT.

13. Os serviços deverão ser entregues em pleno estado de limpeza e conservação, com todas as instalações e equipamentos em perfeitas condições de funcionamento. Todas as áreas envolvidas na execução dos serviços deverão ser entregues limpas e sem entulhos.

5.3 Recebimento

A entrega dos serviços deverá ser efetuada conforme exigido e discriminado no Edital e proposta comercial vencedora, sendo realizado por técnico capacitado. Em caso de necessidade de providências por parte da CONTRATADA, os prazos de pagamento serão suspensos, sujeitando-a a aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e neste instrumento.

O Município de Abadia dos Dourados - MG reserva-se o direito de não receber o serviço em desacordo com o previsto no contrato e proposta vencedora, podendo rescindir o contrato e aplicar o disposto da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)

A CONTRATADA é obrigada a substituir, de imediato e às suas expensas, **os serviços** em que se verificarem irregularidades.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

No âmbito da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados-MG, foi publicado o Decreto nº 10.892, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do executivo municipal e também o Decreto nº 10.923, que designa agentes públicos em função do princípio da segregação de funções. Por este Decreto ficou designado como gestor de contratos, o servidor Brendon Augusto Fintelman Torres de Oliveira, matrícula nº 1809 e como fiscal de contrato o servidor Régis Batista Marra, engenheiro civil registrado no CREA sob o número MG 81384/D.

O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º). A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios.

O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).

7 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 7.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 7.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
- 7.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 7.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 7.1.5 fraudar a licitação
- 7.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 7.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 7.1.8 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 7.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 7.2.1 advertência;
- 7.2.2 multa;
- 7.2.3 impedimento de licitar e contratar e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

7.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

7.3.2 as peculiaridades do caso concreto

7.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

7.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

7.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.3.6 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

7.3.7 Para as infrações previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

7.3.8 Para as infrações previstas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

7.4 As sanções de advertência, impetrar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7.5 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.7 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- 7.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 7.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 7.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 7.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 7.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 7.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 7.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 7.14 A CONTRATANTE é competente para aplicar, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e suas alterações, as penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

8. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data de entrega e recebimento dos serviços, mediante aprovação da Secretaria Municipal Solicitante e apresentação dos documentos fiscais.

Caso ocorra, a qualquer tempo, a rejeição dos serviços de perfuração de qualquer um dos cinco poços, o prazo de pagamento será descontinuado e reiniciado após a correção pela CONTRATADA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante do Município de Abadia dos Dourados - MG e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Abadia dos Dourados - MG.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

9.2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Não poderão disputar esta licitação:

- I. aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s);
- II. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- III. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- IV. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- V. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- VI. agente público do órgão ou entidade licitante;
- VII. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição¹; empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, Ressalva: É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº. 14133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);
- VIII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

¹ NE - Justificativa para Vedação de Consórcio: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão em tela.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

IX. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

O impedimento de que trata o item II será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

9.3 Habilitação

Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

Os licitantes deverão encaminhar a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

▪ Ato Constitutivo;

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

b) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor², devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;

f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

▪ **Prova de Inscrição no CNPJ.** O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

² NE - O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- **Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;
- **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social**, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;
- **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
- **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- **Certidão de negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante**. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do certame;
- **Alvará de Licença e Funcionamento**, em vigor;
- **Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial**, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);
- **Documento atestando a capacidade técnica, profissional e operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público, ou privado, que comprove que a empresa já tenha prestado serviços compatíveis com o objeto solicitado.**

9.4 Capacitação Técnico-Profissional:

- Para atendimento às qualificações Técnico-Profissional, a licitante deverá apresentar a Prova de Inscrição ou Registro do licitante e do profissional - RT, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, que comprove atividade relacionada com o objeto desta licitação.
- A capacitação técnica do profissional será atestada mediante a apresentação de Certidão(ões) de Acervo Técnico - (CAT) expedida(s) pela entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, que comprove a execução de obra ou serviço em nome do Responsável Técnico igual ou semelhante ao objeto do Edital.
- A Certidão de Acervo Técnico – CAT será exigida do profissional descrito, legalmente habilitado, que responderá como Responsável Técnico pelos serviços prestados;
- Atestado de capacitação técnico-profissional, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) da empresa, registrado no CREA/CAU, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível com o ora licitado.
- No caso de vínculo empregatício:
A comprovação acima referida deverá ser efetuada por meio de cópia:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

a) Do contrato de trabalho constante na carteira de trabalho e previdência social (CTPS) firmado entre a empresa LICITANTE e o PROFISSIONAL; ou

b) Da Ficha de Registro do Empregado; ou

c) Do Contrato de Prestação de Serviços regido pela legislação civil vigente. No caso desse profissional ser sócio ou ocupar cargo de direção da Empresa, tal comprovação deverá ser efetuada por meio de cópia do Contrato Social ou da ata que comprove a sua eleição para o cargo, devidamente registrado(a) na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso; ou

d) Declaração de Contratação Futura do profissional detentor da certidão apresentada, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional; ou

e) Ou ainda, compromisso de contrato de prestação de serviço com profissional da área, registrado no CREA/CAU, caso a licitante sagre-se vencedora do certame.

- No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou sede do licitante;

- No caso de profissional autônomo/liberal: contrato de prestação de serviços com firma reconhecida do contratante e contratado.

- DECLARAÇÕES:**

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total estimado da contratação é R\$ 425.833,33 (quatrocentos e vinte e cinco mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) conforme tabela abaixo. O valor foi obtido por meio de Pesquisa de Preços realizada pelo servidor Tiago Alves Canedo, matrícula nº 1232, designado pelo Decreto Municipal nº 10.923/2024.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNID. | QUANT. | P. UNIT. | P. TOTAL |
|------|---|-------|--------|-----------|-------------|
| 1 | Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de perfuração e instalação de 5 poços tubulares profundos de até 200m, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra nas comunidades rurais | SE | 05 | 85.166,66 | 425.833,333 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| | de Córrego do Ouro, Mumbuca, Motas e Dourados (2 poços), localizadas no município de Abadia dos Dourados-MG, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e no projeto topográfico. | | | | |
|--|--|--|--|--|--|

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

| Ficha | Fonte | Dotação |
|-------|-------|---|
| 581 | 1500 | 02.01.08.00.17.511.0186.00.2242.3.3.90.39.0100150000000000 – Obras e Instalações de Domínio Público |
| 593 | 1710 | 02.01.08.00.17.511.0186.00.1056.4.4.90.51.0100150000000000 – Obras e Instalações de Domínio Público |

12. REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em 02/05/2024.

14.3 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação pela Contratante do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

São obrigações da contratada:

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- A Contratada deverá obedecer ao preconizado pela Norma ABNT NBR 12.212 e ABNT NBR 12.244;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Assegurar a Contratante o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento;
- Refazer, às suas expensas, dentro do prazo determinado pela Contratante, os serviços que a juízo da fiscalização tenham sido mal executados;
- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Indicar preposto para representá-la durante a vigência do contrato;
- Considerar que a ação da fiscalização da Contratante não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- Acatar todas as orientações do Município de Abadia dos Dourados - MG, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- Substituir o empregado que causar embaraço a boa execução dos serviços;
- Permitir livre acesso da fiscalização, pelo Município;
- Obedecer à legislação ambiental;
- Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
- Responsabilizar-se pela orientação dos empregados a serviço da execução do objeto, a fim de garantir a sua qualidade, de acordo com as normas técnicas adequadas e em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis;
- Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na pessoa de empregado, preposto ou terceiros a seu serviço, na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Contratante, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação pertinentes ao objeto deste Termo de Referência;
- Cumprir rigorosamente os prazos pactuados;
- Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste objeto ou os dele resultantes;
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Responsabilizar-se pelos tributos federais, estaduais ou municipais, que porventura incidam ou venham a incidir sobre o contrato, bem como pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste objeto;
- Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/21;
- Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;
- Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução do objeto;
- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- Cumprir todas as normas regulamentares sobre a medicina e segurança no trabalho;
- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato;
- Executar o objeto através de pessoas idôneas e devidamente capacitadas, responsabilizando-se por negligência, imprudência e imperícia por parte de seus empregados;
- Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças que fujam às especificações contratadas;
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Responsabilizar-se integralmente pelas despesas com transporte e quaisquer outras adicionais referentes ao objeto contratado, de natureza direta e indireta decorrentes do cumprimento de suas obrigações, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, incluídos tributos, contribuições e seguros;
- Arcar com todas as despesas necessárias com o pessoal na execução dos serviços, tais como: remuneração, transporte, alimentação, hospedagem, seguro contra acidente de trabalho e responsabilidade civil por danos a terceiros;
- Fornecer aos seus empregados crachás de identificação, uniformes completos, equipamentos de proteção individual (EPI's) e equipamentos de proteção coletiva (EPC's) necessários para adentrarem aos locais de prestação dos serviços e de modo que os mesmos se apresentem, diariamente, no melhor aspecto de higiene e limpeza. Os uniformes deverão ter a identificação da empresa;
- A contratada deverá atender à legislação vigente, quando aos aspectos ambientais, trabalhistas, de segurança, medicina e saúde do trabalhador e todas as demais afeitas ao campo de trabalho dos serviços dessa contratação, bem como às normas técnicas brasileiras existentes;
- A inadimplência da Contratada com referência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;
- Providenciar a coleta dos resíduos gerados na execução dos serviços imediatamente após o término destes;
- A empresa contratada ficará obrigada a apresentar, mediante solicitação da contratante, mesmo depois da execução dos serviços, quaisquer documentos necessários ao esclarecimento de dúvidas ou questões sobre o andamento dos serviços, materiais ou equipamentos utilizados nos poços ou sobre as características ou condições de operação e manutenção do mesmo.

São obrigações da Contratante:

- Comunicar imediatamente à CONTRATADA as irregularidades manifestadas na execução do contrato, informando, após, à CONTRATANTE tal providência;
- Fornecer à Contratada todos os esclarecimentos e informações necessárias para a execução do objeto;
- Enviar a Autorização de fornecimento à Contratada;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da Secretaria Municipal Solicitante (Secretaria Municipal de Obras);
- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;
- Paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução do contrato, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços/materiais prestados/fornecidos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato.

14. DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter os créditos que a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

15. DAS ALTERAÇÕES

O contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade superior.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS

As partes garantem que tomarão todas as medidas de segurança, de governança e boas práticas no tratamento de dados e informações. A adequação das medidas deverá levar em conta a Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e diretrizes, padrões técnicos e boas práticas a serem determinadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, o que poderá incluir selos, certificados e códigos de conduta regularmente emitidos.

Abadia dos Dourados, 29 de abril de 2024.

Elaborado por: _____

Fernanda Cristina Silva Oliveira Matrícula: 1825

Servidora responsável pela elaboração do T.R. designada pelo Decreto Municipal nº 10.923/2024.

Aprovado por: _____

Débora Marcelo Rosa
Controladora Interna